



A Beneficência Portuguesa de São Paulo

Real e Benemerita Associação Portuguesa de Beneficência

C.N.P.J. nº 61.599.908/0001-58

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de Reais)

Balancos Patrimoniais				Demonstrações de Resultados			
Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8.a	23.842	17.560	Fornecedores de materiais e medicamentos	12	129.112	103.017
Títulos e valores mobiliários	8.b	92.699	289.195	Financiamentos - FINIMP	13	12.150	13.212
Recursos vinculados a convênios	8.c	6.024	2.284	Financiamentos - BNDES	14	12.734	7.999
Contas a receber	9	469.284	353.500	Obrigações trabalhistas e sociais	15	98.636	105.595
Estoques	10	32.045	26.278	Honorários e comissões médicas		23.561	26.380
Outros créditos		3.030	486	Impostos, taxas e contribuições a recolher		2.828	2.113
Despesas pagas antecipadamente		533	566	Gastos a incorrer em convênios		9.200	2.284
Total do circulante		627.457	689.949	Outras contas a pagar		32.778	20.384
Não circulante				Total do circulante			
Realizável a longo prazo				320.999			
Títulos e valores mobiliários	8.b	174.786	35.963	Financiamentos - FINIMP	13	27.321	20.950
Depósitos judiciais	16.b	25.691	16.490	Financiamentos - BNDES	14	76.916	82.521
Outros créditos		78	76	Provisão de contingência	16.a	34.259	42.162
		200.555	52.529	Passivo atuarial	17	481.415	380.395
Imobilizado	11	925.949	843.424	Centro de pesquisas		-	112
Intangível		15.580	14.774	Total do não circulante		619.911	526.140
		941.529	858.198	Patrimônio líquido: Patrimônio social	18	513.823	473.343
Total do não circulante		1.142.084	910.727	Subsídios para investimentos e pesquisas	18	282	282
Total do ativo		1.769.541	1.600.676	Ajuste de avaliação patrimonial	18	314.526	319.927
				Total do patrimônio líquido		828.631	793.552
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.769.541	1.600.676

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Patrimônio social	Subvenção para investimentos e pesquisas	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit acumulado	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2016	488.423	282	325.328	-	814.033
Superávit do exercício	-	-	-	101.824	101.824
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Varição atuarial sobre obrigação com os associados	(122.305)	-	-	-	(122.305)
Total do resultado abrangente	366.118	282	325.328	101.824	793.552
Realização de reserva	-	-	(5.401)	5.401	-
Transferência para patrimônio social	107.225	-	-	(107.225)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	473.343	282	319.927	-	793.552
Superávit do exercício	-	-	-	136.099	136.099
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Varição atuarial sobre obrigação com os associados (nota 20)	(101.020)	-	-	-	(101.020)
Total do resultado abrangente	372.323	282	319.927	136.099	828.631
Realização de reserva	-	-	(5.401)	5.401	-
Transferência para patrimônio social	141.500	-	-	(141.500)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	513.823	282	314.526	-	828.631

Demonstrações de Resultados			
	Nota	2017	2016
Receita da atividade hospitalar			
Pacientes e convênios	19	1.434.567	1.261.199
Outras receitas operacionais		9.513	8.442
Total das receitas		1.444.080	1.269.641
Receitas (custos e despesas) operacionais			
Custo dos materiais, medicamentos e honorários médicos	20	(430.519)	(375.499)
Despesas com pessoal	21	(535.904)	(488.773)
Despesas gerais e administrativas	22	(340.821)	(306.792)
Depreciações e amortizações		(25.921)	(21.800)
Outras receitas operacionais líquidas	23	45.181	16.532
		(1.287.984)	(1.176.332)
Superávit operacional antes do resultado financeiro			
		156.096	93.309
Receitas financeiras	24	30.297	52.963
Despesas financeiras	24	(50.294)	(44.449)
Receitas financeiras, líquidas	24	(19.997)	8.514
Superávit do exercício		136.099	101.823

Demonstrações de Resultados Abrangentes			
	2017	2016	
Superávit do exercício	136.099	101.824	
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Varição atuarial sobre obrigação com os associados (nota 19)	(101.020)	(122.305)	
Resultado abrangente total	35.079	(20.481)	

Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
	2017	2016	
Fluxo de caixa da atividade operacional			
Superávit do exercício	136.099	101.824	
Ajuste por: Depreciação e amortização	25.921	21.800	
Juros e variação cambial	10.626	3.234	
Juros apropriados sobre títulos e valores mobiliários	(29.466)	(42.506)	
Resultado na venda de ativos imobilizados	5.184	2.963	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	41.637	53.802	
Provisão para contingências	28	6.245	
Superávit ajustado	190.029	147.362	
Variações nos ativos e passivos (Aumento) redução das contas do ativo			
Recursos vinculados a convênios	(3.740)	(2.284)	
Contas a receber	(157.341)	(138.363)	
Estoques	(5.767)	(446)	
Outros créditos	(2.546)	4.531	
Despesas antecipadas	33	(297)	
	(169.361)	(136.859)	
Aumento (redução) das contas do passivo			
Fornecedores de materiais e medicamentos	26.095	20.737	
Impostos, taxas e contribuições	715	703	
Obrigações trabalhistas e sociais	(6.959)	32.489	
Contingências e depósitos judiciais	(17.132)	(15.369)	
Honorários e comissões médicas	(2.819)	(1.584)	
Gastos a incorrer em convênios	6.916	2.284	
Outras contas a pagar	12.282	6.140	
	19.098	45.400	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	39.766	55.903	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(543.164)	(487.656)	
Resgate de títulos e valores mobiliários	630.303	496.703	
Adições do imobilizado e intangível	(114.436)	(87.630)	
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(27.297)	(78.583)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação financiamentos - FINIMP	17.048	17.041	
Captação financiamentos - BNDES	4.485	27.526	
Pagamento de financiamentos	(18.373)	(19.672)	
Pagamento de juros	(9.347)	(8.859)	
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamentos	(6.187)	16.036	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes do início do período	17.560	24.204	
Caixa e equivalentes do final do período	23.842	17.560	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	6.282	(6.644)	

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras (em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Real e Benemerita Associação Portuguesa de Beneficência ("Associação"), fundada em 02/10/1859, é uma associação civil de direito privado de caráter beneficente, social e científico, sem finalidade lucrativa, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira e conta com três unidades hospitalares na cidade de São Paulo. A Associação tem por objeto o atendimento médico, cirúrgico, hospitalar e de exames complementares aos seus Associados e pacientes de todos os níveis econômicos e sociais, sem qualquer tipo de distinção e na condição de entidade beneficente e filantrópica, a manter leitos e serviços hospitalares para uso público. Desde sua constituição a Associação traz em seu DNA a filantropia e sua trajetória sempre foi apoiada pela generosa contribuição de seus associados que, na Associação, possui um papel fundamental no desenvolvimento dos negócios pela forte atuação, iniciada por 168 pioneiros em 1859 que contribuíram com recursos financeiros para criar o hospital. O quadro de associados, conforme previsto em nosso Estatuto Social, possui as seguintes categorias: efetivos, benfeitores, beneméritos, grandes beneméritos, cruz de honra e honorários que prestaram e ainda prestam relevantes serviços à Associação. Considerada entidade de utilidade pública, é beneficiada com isenções de taxas e impostos federais, estaduais e municipais sendo mantenedora da escola de técnico em enfermagem, totalmente gratuita.

2. Base de preparação: Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho Fiscal da Associação em 07/03/2018.

3. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial: • os instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado; e • o passivo atuarial mensurado ao valor presente.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Associação e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31/12/2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 9 - provisão para crédito de liquidação duvidosa; • Nota explicativa 11 - valor residual do ativo imobilizado; • Nota explicativa 18 - provisão para contingência; e • Nota explicativa 19 - passivo atuarial.

Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Sociedade requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Associação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Associação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Notas explicativa 28 - instrumentos financeiros.

6. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reclassificação: Em 2017 a Associação decidiu reclassificar os valores relacionados à variação monetária do passivo atuarial que, no exercício de 2016, havia sido apresentada na rubrica de custo dos materiais, medicamentos e honorários médicos. Essa reclassificação visa atender o padrão de divulgação adotado pela Associação em 2017 e preservar a comparabilidade de suas demonstrações financeiras. Em função da reclassificação não ter impacto relevante para as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, não houve necessidade de adotar o CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e erro (IAS 8) e CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1) e reapresentar as demonstrações financeiras de 2016.

funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

c. Contas a receber: As contas a receber de pacientes e convênios são registradas pelo valor produzido, ou seja, tendo como base a etapa de execução dos serviços até a data-base do balanço, compreendendo parcelas já faturadas e outras pelos serviços prestados a faturar. A conta de valores a faturar refere-se aos serviços já prestados junto a operadores de serviços, amparados por relação contratual, que aguardam cronograma de emissão de fatura e envio. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

d. Estoques: Os estoques são apresentados pelo menor valor e correspondem aos itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no hospital. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. A Associação possui procedimento para análise periódica do custo e do valor realizável líquido dos estoques, bem como realiza controle rotineiro da validade dos medicamentos excluindo e baixando-os do estoque.

e. Depósitos judiciais: Existem situações em que a Associação questiona a legitimidade de determinados passivos e ações movidas contra si. Por conta destes questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo e são apresentados pelos valores originais no realizável a longo prazo no montante de R\$ 25.691 (R\$ 16.430 em 2016) e para aqueles processos em que os depósitos judiciais possuem uma respectiva provisão para contingência registrada no passivo não circulante, em virtude de ser avaliado com o risco de perda provável pelos assessores jurídicos da Associação, estes são apresentados deduzido da respectiva provisão no montante de R\$ 7.163 (R\$ 17.922 em 2016).

f. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação e amortização acumulada, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Associação inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso devido à sua obsolescência. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Custos subsequentes: Itens do custo de reposição de um componente do imobilizado são reconhecidos no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Associação e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação: A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas são as seguintes, por quantidade de anos:

- Edificações/beneficentárias 60
- Aparelhos, instrumentos médicos e cirúrgicos 10
- Móveis, máquinas e utensílios 20
- Imóveis 60
- Instalações 20
- Equipamentos de informática 5
- Biblioteca 2
- Veículos 5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Redução ao valor recuperável: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Associação não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos.

h. Obrigações trabalhistas: Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

i. Benefícios a funcionários: A Associação não possui planos de pensão ou obrigações pós aposentadoria.

j. Provisão atuarial: A Associação possui obrigações futuras assumidas com seus associados, previstas em Estatuto Social, de atendimento médico-hospitalar gratuito vitalício no Hospital São Joaquim. A cada encerramento do exercício, a obrigação presente assumida é calculada a valor presente, com base nas regras determinadas no CPC 33 R1 - Benefício a empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo obtidos os resultados em consonância com critérios atuariais. A Associação

vem adotando de forma consistente a CPC 33 R1 para reconhecimento de seu passivo atuarial em função de possuir obrigações futuras em contrapartida a serviços prestados por ex-funcionários e associados. Conforme mencionado na nota explicativa 1, os associados representam benfeitores que contribuíram para a formação e crescimento da Associação por meio de (i) prestação de serviços médicos gratuitos a população; (ii) fomento das operações no processo de captação de recursos e busca de novos associados; e (iii) dedicação de tempo na gestão da Associação por meio de participação em atividades de conselho. A Associação possui parecer legal emitido em 2015 por assessores jurídicos externos que defendem que, considerando a forma de atuação dos associados e as previsões estatutárias, os associados possuem características de donos na instituição e não apenas um mero beneficiário de um plano de saúde, reforçando ainda mais a aplicação da CPC 33 R1 - Benefício a empregados. Dessa forma, os serviços prestados por ex-funcionários e associados atendem os critérios da CPC 33 R1 que requer que a entidade reconheça um passivo quando houve a prestação de um serviço em troca de benefícios a serem pagos e/ou fornecidos no futuro e uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido em troca desses benefícios.

k. Financiamentos: Os financiamentos são reconhecidos pelo valor justo, no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação, em seguida são apresentados pelo custo amortizado, isto é, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros por competência.

l. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

m. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Associação é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

n. Outras provisões: As provisões são reconhecidas quando a Associação tem um obrigação presente legal ou implica como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

o. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: A Associação de acordo com o CPC 12 - Ajuste a valor presente, analisou suas contas de ativos e passivos de curtos e longos prazos, com relação a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto e verificou que qualquer ajuste a valor presente seria irrelevante, portanto não houve impactos dessa natureza em suas Demonstrações Financeiras.

p. Gastos a incorrer em convênios: O reconhecimento da receita e despesas é efetuado pelo regime de competência do exercício. Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a convênios e a crédito de gastos a incorrer em convênios no passivo circulante. A medida que os gastos do convênio incorrer, no mesmo momento as receitas com convênio são




Notas explicativas às Demonstrações Financeiras (em milhares de Reais) da Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência									
reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida ao débito do passivo de gastos a incorrer em convênios. q. Apuração do resultado: As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação de serviços hospitalares, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização. r. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos: A Associação reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Associação não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Associação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais dele em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Associação nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Associação tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. (ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se, e somente se, a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de pacientes e convênios e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, banco conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na quitação das obrigações de curto prazo. Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários referem-se aos recursos aplicados em instituições financeiras de primeira linha, estando tais recursos classificados fora do grupo de caixa e equivalentes de caixa em função de não fazerem parte da gestão do dia a dia da Associação. A Associação adota como prática contábil apresentar os títulos e valores mobiliários nas atividades de investimentos nas demonstrações dos fluxos de caixa por entender que é a situação que melhor representa seus fluxos financeiros, estando tal apresentação amparada nos parágrafos 33 à 34A do CPC 3 - Demonstrações do Fluxo de Caixa. Recursos vinculados a convênios: Recursos vinculados a convênios representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados no projeto para fazer frente às obrigações do convênio. (iii) Passivos financeiros não derivativos: A Associação reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Associação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos junto a instituições financeiras, fornecedores, honorários e comissões médicas e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. (iv) Instrumentos financeiros derivativos: A Associação não possuía em 31/12/2017 e 2016 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de hedge. s. Novas normas e interpretações não efetivas: A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As seguintes novas normas e interpretações foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A Associação não planeja adotar essas normas de forma antecipada. CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros: O CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Classificação e mensuração dos ativos passivos financeiros: O CPC 48/IFRS 9 traz uma nova abordagem na classificação e mensuração de ativos financeiros, a qual considera tanto o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. A norma classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (CA); (ii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias propostas pelo IAS 39 (CPC 38) de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. O CPC 48/IFRS 9 mantém grande parte dos requerimentos da IAS 39 (CPC 38) para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39 (CPC 38), todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48/IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma: (i) o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em outros resultados abrangentes (ORA); e (ii) o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado. A apresentação e divulgação dos instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras deverão sofrer alteração de forma a refletir os novos conceitos introduzidos pelo CPC 48. A Administração está avaliando a classificação dos ativos e passivos financeiros. Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros: A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A Associação está em processo de avaliação, mensuração dos impactos e aplicação dos requerimentos de impairment do CPC 48/IFRS 9 em 1º/01/2018 sobre seus ativos financeiros. A Administração avalia que afetará principalmente o contas a receber aumentando os níveis de provisionamento atuais, uma vez que o método atual de provisionamento da Associação é de perdas incorridas, conforme descrito na nota 9. CPC 47/IFRS 15 - Receita com contrato de clientes: A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18). A norma é aplicável a partir de 1º/01/2018. A Associação está em processo de avaliação, mensuração dos impactos e aplicação dos requerimentos do CPC 47/IFRS 15. A Administração avalia que afetará principalmente a forma do reconhecimento de receita de contratos com clientes que serão registrados deduzidas de quaisquer estimativas de abatimentos, descontos e glosas. Além disso são avaliados uma extensão maior de divulgação nas notas explicativas e à revisão de documentos internos e a criação e/ou alteração de procedimentos, com o objetivo de garantir que os novos contratos com clientes sejam adequadamente avaliados e contabilizados seguindo os conceitos do IFRS 15. IFRS 16 - Arrendamentos: Essa norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para									
praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. Este pronunciamento deverá ser adotado com início em ou após 1º/01/2019. A Associação não concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma porém já identificou que não são esperados efeitos relevantes da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras uma vez que não possuem despesas relevantes com arrendamentos. 7. Trabalho voluntário: Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação teria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício na rubrica de outras despesas operacionais e em contrapartida em outras despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31/12/2017 a Associação registrou o montante de R\$ 1.307 (R\$ 1.257 em 2016) referente a trabalhos voluntários.									
8. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:									
a. Caixa e equivalentes de caixa:									
	2017	2016							
Caixas e bancos	4.456	2.241							
Aplicações financeiras	19.386	15.319							
	23.842	17.560							
As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e letras de arrendamento mercantil, remuneradas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com rendimento entre 94% e 101,5% do CDI (94% a 101% do CDI em 2016).									
b. Títulos e valores mobiliários:									
	Remuneração	2017	2016						
Letras financeiras	103,5% a 106,2% do CDI	174.786	192.299						
Compromissadas	100,5% a 106% do CDI	22.924	87.863						
CDB	94% a 101,5% do CDI	3.518	3.203						
Letras de arrendamento mercantil	101% a 103% do CDI	66.257	41.793						
		267.485	325.158						
		92.699	289.195						
Circulante		174.786	35.963						
Não circulante		174.786	35.963						
Os valores de Títulos e valores mobiliários registrados no ativo não circulante no montante de R\$ 174.786 (R\$ 35.963 em 2016), referem-se a Letras Financeiras com vencimentos de longo prazo.									
c. Recursos vinculados a convênios:									
	2017	2016							
Aplicações financeiras	6.024	2.284							
Os valores de recursos vinculados a convênios referem-se a convênios firmados com o Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos e material permanente para unidade de atenção especializada em saúde e aquisição de produtos médicos de uso único visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, remuneradas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com rendimento entre 94% e 101,5% do CDI (94% a 101% do CDI em 2016).									
9. Contas a receber:									
	2017	2016							
Convênios	491.458	386.677							
Pacientes particulares	70.028	50.222							
Sistema único de saúde - SUS	34.533	35.716							
Outros	596.019	482.864							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(126.735)	(129.284)							
	469.284	353.580							
As contas a receber por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:									
	2017	2016							
A vencer	349.590	243.526							
Vencidos até 30 dias	27.498	47.392							
Vencidos entre 31 e 180 dias	71.967	62.662							
Vencidos há mais de 180 dias	146.964	129.294							
	596.019	482.874							
A provisão para créditos de liquidação duvidosa e glosas constituídas para cobrir eventuais perdas de contas a receber apresentaram a seguinte movimentação:									
	Saldo em 31/12/2015	(116.964)							
(+) Novas provisões constituídas		(53.802)							
(-) Reversão de provisão por aceite de glosas		2.844							
(-) Reversão por perda efetiva		38.638							
	Saldo em 31/12/2016	(129.284)							
(+) Novas provisões constituídas		(41.637)							
(-) Reversão de provisão por aceite de glosas		2.792							
(-) Reversão por perda efetiva		41.394							
	Saldo em 31/12/2017	(126.735)							
O cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e glosas inclui a análise individual dos saldos de cada natureza de contas a receber, montante vencido a partir de 180 dias para as operadoras de plano de saúde e para clientes particulares, os valores em cobrança judicial, as liminares contra operadoras e órgãos públicos, bem como histórico de perdas destes saldos. A Associação constituiu a provisão para créditos de liquidação duvidosa para as contas a receber vencidas a partir de 180 dias, atingindo 100% dos valores relativos aos títulos em abertos a partir de 360 dias, bem como para os montantes relativos aos serviços prestados a faturar com período superior à data estipulada em contrato e ainda não faturados às operadoras de planos de saúde e de autogestão. No ano de 2017 a Administração autorizou a baixa de R\$ 41.394 (R\$ 38.638 em 2016), diretamente da conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como do contas a receber, montante este relativo aos títulos em aberto até 31/12/2015, os quais não foram recebidos até a data do balanço e a Administração entende não haver mais possibilidade de recebimento desses títulos.									
10. Estoques:									
	2017	2016							
Almoxarifado - Depósito fechado e farmácia	26.490	19.744							
Almoxarifado geral	4.943	6.275							
Almoxarifado - Outros	612	259							
	32.045	26.278							
11. Imobilizado: As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31/12/2017 e 2016 estão demonstradas nos quadros abaixo:									
	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016
Edificações/benfeitorias	351.561	307	-	38.650	390.518				
Aparelhos, instrumentos médicos e cirúrgicos	165.060	50	(1.680)	11.456	174.886				
Móveis, máquinas e utensílios/colchões									
roupas similares	66.538	217	(191)	9.574	76.138				
Imóveis	16.484	-	-	-	16.484				
Instalações	46.758	4	-	3.479	50.241				
Equipamentos de informática	18.791	10	(119)	7.876	26.558				
Terrenos	356.235	-	-	6.414	362.649				
Biblioteca	776	-	-	-	776				
Veículos	435	-	-	-	435				
Imobilizações em andamento e importações	50.999	117.666	(13.239)	(77.449)	77.977				
Total custo	1.073.637	118.254	(15.229)	-	1.176.662				
Depreciação	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016
Edificações/benfeitorias	(70.801)	(5.424)	-	-	(76.225)				
Aparelhos, instrumentos médicos e cirúrgicos	(96.216)	(10.233)	1.074	-	(105.375)				
Móveis, máquinas e utensílios/colchões									
roupas similares	(30.389)	(2.584)	142	-	(32.831)				
Imóveis	(11.150)	(127)	-	-	(11.277)				
Instalações	(7.692)	(842)	-	-	(8.534)				
Equipamentos de informática	(13.319)	(2.577)	118	-	(15.778)				
Biblioteca	(352)	-	-	-	(352)				
Veículos	(294)	(47)	-	-	(341)				
Total depreciação	(230.213)	(21.834)	1.334	-	(250.713)				
Imobilizado líquido	843.424	96.420	(13.895)	-	925.949				

continua →



continuação		Notas explicativas às Demonstrações Financeiras (em milhares de Reais) da Real e Benemerita Associação Portuguesa de Beneficência					
<p>A Associação registra os custos e despesas referentes a "salários e ordenados" pelo regime de competência, e sua liquidação ocorre no quinto dia útil do mês subsequente. As "provisões de férias" estão integralmente registradas pela parte vencida e proporcional dentro do exercício, incluindo os seus respectivos encargos até a data do balanço. A Associação retém em folha de pagamento, ou seja regime de competência, os valores referentes a "empréstimos consignados", tendo como responsabilidade o repasse para as instituições financeiras no décimo dia do mês subsequente. 16. Provisão para contingências e depósitos judiciais: a. Provisão para contingências: A Associação é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e fiscais, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Para cobertura das perdas consideradas como prováveis, foram constituídas provisões nos montantes indicados a seguir:</p>							
		2017		2016			
	Saldo de contin-Depósito	Saldo de contin-Depósito	Saldo de contin-Depósito	Saldo de contin-Depósito	Saldo de contin-Depósito	Saldo de contin-Depósito	Saldo de contin-Depósito
	gência judicial líquido	gência judicial líquido	gência judicial líquido	gência judicial líquido	gência judicial líquido	gência judicial líquido	gência judicial líquido
Trabalhista	33.160 (2.866) 30.294	41.723 (3.579) 38.144					
Cível	8.192 (4.297) 3.895	8.867 (4.410) 4.457					
Fiscal	70 - 70	9.494 (9.933) (439)					
Total de contingências	41.422 (7.163) 34.259	60.084 (17.922) 42.162					
As movimentações na provisão para contingências no exercício de 2017 estão apresentadas a seguir:							
Constituição Reversão de							
	2016 de provisão	provisão	Baixa	2017			
Trabalhistas e previdenciárias (i)	41.723	7.180	(15.743)	33.160			
Cíveis (ii)	8.867	2.272	(2.947)	8.192			
Fiscais (iii)	9.494	-	(9.424)	70			
	60.084	9.452	(18.690)	41.422			
<p>A natureza das obrigações pode ser resumida como segue: (i) Trabalhistas e previdenciárias: A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na experiência anterior em processos semelhantes referentes às quantias reivindicadas, analisou os processos em andamento e constituiu provisão no montante de R\$ 33.160 (R\$ 41.723 em 2016), considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. Os principais temas abordados nesses processos versam sobre: horas extras; adicionais de insalubridade; equiparação salarial; verbas rescisórias, dentre outros. Não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. Em 31/12/2017 o montante de causas classificadas como possível totalizava R\$ 13.767 (R\$ 15.410 em 2016), sobre as quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. (ii) Cíveis: As principais ações estão relacionadas a reclamações de pacientes requerendo indenização por danos morais e materiais decorrentes de supostos erros médicos praticados nas dependências hospitalares da Associação. Em 31/12/2017 o montante de causas classificadas como possível totalizava R\$ 41.242 (R\$ 102.067 em 2016) sobre as quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. (iii) Fiscais: Referem-se principalmente a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos, taxas e contribuições, dentre as quais destaca-se a contestação de autos de infração lavrados pela Prefeitura do Município de São Paulo e também do recolhimento em juízo do PIS sobre folha de pagamento que possuía provisão até 2016 de R\$ 9.424 mas que foi revertida em 2017 em função de recentes decisões judiciais que passaram a atribuir ganho de causa as instituições. Com isso, os assessores jurídicos deixaram de avaliar como provável o risco de perda nesse processo. Em 31/12/2017 o montante de causas classificadas como possível totalizava R\$ 19 (R\$ 45 em 2016), sobre as quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. b. Depósitos judiciais - Mantidos no ativo não circulante: Estão registrados nesta conta os depósitos judiciais fiscais, atualizados pelos índices oficiais até a data do balanço, para os quais as respectivas ações foram consideradas pelos consultores jurídicos como riscos remotos ou possíveis, consequentemente não reconhecidas como uma obrigação na Associação, sendo esta sua movimentação e composição: 31/12/2016 Entradas Saídas Atualização 31/12/2017</p>							
ICMS	48	17	-	3	68		
PIS (i)	-	14.923	-	1.521	16.444		
IPI e II (ii)	6.110	(1.298)	-	318	5.130		
IPTU (iii)	10.332	510	(6.626)	(167)	4.049		
	16.490	15.450	(7.924)	1.675	25.691		
<p>As principais naturezas podem ser resumidas a seguir: (i) PIS: A Associação possui processo judicial para obter a declaração de inexistência de relação jurídica tributária que a obrigue ao recolhimento das contribuições destinadas ao custeio da Seguridade Social, especialmente, a contribuição ao PIS prevista pela Lei nº 9.715/98 e pela Medida Provisória nº 1858-8, tendo em vista sua condição de entidade beneficente de assistência social, imune à incidência desta exação, nos termos do parágrafo 7º do artigo 195 da Constituição Federal. Os valores questionados são depositados em juízo. (ii) IPI e II: A Associação efetua importação de equipamentos e mercadorias destinados às suas finalidades essenciais. A Receita Federal do Brasil só autorizava o desembaraço mediante o pagamento do imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Importação (II). Para conseguir desembaraçar os produtos importados sem pagamento dos tributos, a Associação propôs em 08/04/1996 ação ordinária contra a União Federal, com pedido de antecipação de tutela para fins de depositar no em Juízo os valores questionados, o que foi deferido e os depósitos realizados. Em 22/08/2008 o Juiz de primeira instância preferiu a sentença, julgando procedente a ação, desobrigando o recolhimento dos tributos (IPI e II). (iii) IPTU: A Prefeitura de São Paulo reconhece a imunidade do IPTU apenas dos imóveis utilizados para finalidades assistenciais (imóveis que integram os complexos hospitalares e os utilizados pelas Clínicas externas). Os imóveis locados, vagos e terrenos são tributados pela Prefeitura. Todas as execuções fiscais propostas pela Prefeitura visando à cobrança do IPTU são embargadas (questionadas judicialmente) pela Associação. Os valores questionados são depositados em Juízo e a Associação tem obtido decisões favoráveis. 17. Passivo atuarial: O Estatuto Social da Associação prevê a existência de obrigações futuras assumidas com seus associados, representadas por atendimento médico hospitalar gratuito vitalício no Hospital São Joaquim, sendo previstos os seguintes direitos dos Associados de qualquer categoria: a. Recorrer a consultas médicas gratuitas, desde que previamente marcadas nos dias e horas regulamentares, com médicos credenciados, sendo que, neste caso, os medicamentos prescritos, se disponíveis, serão vendidos a preço de custo pela farmácia do Hospital; b. Receber, no Hospital São Joaquim, o tratamento de que necessitem; c. Internar-se no Hospital São Joaquim, sob prescrição de médico credenciado pela Beneficência Portuguesa, para receberem o tratamento e assistência nas especialidades para as quais a Beneficência Portuguesa esteja aparelhada, até o dia em que o médico lhes der alta; dentre outros. A cada encerramento do exercício, a obrigação presente assumida foi calculada a valor presente, com base nas regras determinadas no CPC 33(R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo obtidos os resultados em consonância com critérios atuariais, assim demonstrados:</p>							
		2017	2016				
Valor presente das obrigações atuariais no início do período		(380.395)	(258.090)				
Taxa de desconto atuarial do período anterior		14,76%	14,25%				
Custo de juros sobre a obrigação (Perda) atuarial do período reconhecido em resultado abrangente		(101.020)	(122.305)				
Custo com atendimento com associados		39.140	36.778				
Obrigação total no período		(481.415)	(380.395)				
<p>Para determinação dos valores em referência, a Associação contratou os atuários Bematez consultoria e gestão de Benefícios, a qual adotou os seguintes pressupostos e parâmetros na emissão de seu relatório em 22/01/2018: (1) Número de associados expostos ao risco da Beneficência Portuguesa de São Paulo, por faixa etária e sexo nos anos de 2017 e 2016; (2) Bases técnicas e atuariais:</p>							
		2017	2016				
Taxa de desconto (real)		5,43%	5,68%				
Taxa de desconto (nominal)		10,17%	10,96%				
Taxa de inflação		4,50%	5,00%				
Taxa médica		3,00%	3,00%				
Inflação médica (nominal)		7,63%	8,15%				

Real e Benemerita Associação Portuguesa de Beneficência	
Denise Soares dos Santos - CEO	Rubens Ermírio de Moraes - Diretor-Presidente Carlos Herculano Bressiani - CFO Valter Baptista Bernal - Contador - CRC 1SP 201.591/O-6
Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras	
<p>Aos Conselheiros e Diretores da Real e Benemerita Associação de Beneficência Portuguesa - São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Real e Benemerita Associação de Beneficência Portuguesa ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes as posição patrimonial e financeira da Real e Benemerita Associação de Beneficência Portuguesa em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria que identificamos durante nossos trabalhos.</p>	
São Paulo, 7 de março de 2018.	
 KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6	
Marcos Antonio Boscolo Contador - CRC 1SP198789/O-0	

Patéssio Participações Ltda.	
CNPJ nº 24.230.692/0001-22	
Demonstrações Contábeis	
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)	
Ativo	Passivo e patrimônio líquido
Ativo circulante	Passivo circulante
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e financiamentos
Contas a receber de clientes	Fornecedores
Estoques	Obrigações trabalhistas
Impostos a recuperar	Impostos e contribuições a recolher
Outras contas a receber	Outras contas a pagar
Total do ativo circulante	Total do passivo circulante
Ativo não circulante	Passivo não circulante
Contas a receber de clientes	Empréstimos e financiamentos
Impostos diferidos	Provisão para demandas judiciais
Outras contas a receber	Impostos diferidos
Total do ativo não circulante	Total do passivo não circulante
Total do ativo	Patrimônio líquido
	Capital social
	Lucros/Prejuízo Acumulados
	Outros resultados abrangentes
	Total do patrimônio líquido
	Total do passivo e do patrimônio líquido
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)	
	Fluxos de caixa das atividades operacionais
	Lucro líquido do exercício
	Ajustes por:
	Depreciação e amortização
	Imposto de renda diferido
	Valor residual de baixas nos ativos e investimentos
	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa
	Participações no resultado
	Provisão para demandas judiciais
	Provisão para perdas no investimento
	Resultado da equivalência patrimonial
	Lucros não realizados nos estoques
	Capital Social
	Ajustes de conversão - moeda estrangeira
	(Aumento)/Redução nos ativos
	Outros investimentos
	Contas a receber de clientes
	Estoques
	Impostos a recuperar
	Outras contas a receber
	Aumento/(redução) nos passivos
	Fornecedores
	Obrigações trabalhistas
	Impostos e contribuições a recolher
	Outras contas a pagar
	Caixa líquido (utilizado nas)/ proveniente das atividades operacionais
	Fluxo de caixa das atividades de investimento
	Aquisições de imobilizado
	Outros Investimentos
	Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento
	Fluxo de caixa das atividades de financiamento
	Empréstimos e financiamentos pagos
	Empréstimos e financiamentos obtidos
	Caixa líquido (utilizado nas)/ proveniente das atividades de financiamento
	Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa
	Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa
	No início do exercício
	No final do exercício
	Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)	
	Outros resultados abrangentes
	Capital social
	Abertura de capital
	Aporte para aumento de capital
	Ajustes de conversão de moeda estrangeira
	Prejuízo do exercício
	Saldos em 31 de dezembro de 2016 (não auditado)
	Aporte para aumento de capital
	Ajustes de conversão de moeda estrangeira
	Prejuízo do exercício
	Saldos em 31 de dezembro de 2017
Sócios	
Regina Celi Venâncio	Márcia Thiemi Uemura
José Wilson de Oliveira Júnior - Superintendente de Controladoria	Sabrina Entz Fajardo - Contadora - CRC 1SP-219.893/O-7
Nelson da Silva Leme	
As demonstrações contábeis na íntegra, acompanhadas do relatório dos auditores independentes da empresa de auditoria BDO RCS Auditores Independentes SS encontram-se disponíveis em nossa sede, localizada à Avenida Caminho do Mar, 2.652 - Sala 1 - Rudge Ramos - São Bernardo do Campo - SP	

Leccaros Participações S.A.	
CNPJ/MF nº 12.285.465/0001-15	
Relatório da Administração	
Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 comparadas com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. <i>A Administração</i>	
Balanço Patrimonial (Em Reais)	
Ativo	Passivo
Circulante	Não circulante
Banco conta movimento	Partes relacionadas
Não circulante	Patrimônio líquido
Realizável a longo prazo	Capital social (nota 5)
Imobilizado (nota 4)	Prejuízos acumulados
Total do Ativo	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2016 (Em Reais)	
<p>1. Contexto Operacional – A Sociedade tem por objeto a participação em outras sociedades como sócia ou acionista, podendo também efetuar incorporações, fusões e associações com outras Sociedade. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras – A elaboração, forma de apresentação e conteúdo das demonstrações financeiras obedecem às práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a legislação societária e os normativos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon). Esses pronunciamentos técnicos do CPC são baseados no padrão contábil internacional preconizado pelo International Accounting Standards Board (IASB), estando alinhados com as normas internacionais de relatório financeiro conhecido pela sigla IFRS. 3. Principais práticas contábeis – As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras podem ser assim resumidas: a. A Sociedade adota o Regime de Competência para fins de registro de suas transações e considera o período de um ano na segregação de ativos e passivos circulantes. b. Os direitos e obrigações são atualizados, quando aplicável, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço. c. O valor do imobilizado é revisado sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, não havendo, até 31 de dezembro de 2016 expectativa de perdas. 4. Imobilizado – O imobilizado, se refere ao terreno recebido dos acionistas a título de integralização de capital. 5. Capital Social – O Capital Social totalmente subscrito e integralizado está representado por 6.580.100 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, todas pertencentes a acionistas domiciliados no país.</p>	
Demonstração do Resultado (Em Reais)	
Despesas – Administrativas	2016
Prejuízo do exercício	2015
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Reais)	
Saldo em 31/12/2014	Capital social
Resultado do exercício	Prejuízos acumulados
Saldo em 31/12/2015	Total
Resultado do exercício	
Saldo em 31/12/2016	
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Em Reais)	
Atividades operacionais	2016
Prejuízo do exercício	2015
Ajuste por:	
Aumento (redução) de passivos	
Partes relacionadas	
Caixa gerado nas atividades operacionais	
Caixa e equivalentes no início do exercício	
Caixa e equivalentes ao final do exercício	
Redução de caixa e equivalentes	
Diretoria Executiva	
Daniel Fernando Mantovani – Diretor Presidente	
Antônio dos Santos Martins – Diretor	
Contador Responsável	
Jorgemar Dias Rosa – CRC/SP 1SP 261.440/O-3	

